



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Mercado Leitor: João Carlos Rosas
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

Um negócio surrealista

Ex-líder estudantil, ex-exilado político, ex-deputado, ex-presidente do PT, ex-ministro-chefe da Casa Civil, apontado como o cabeça do mensalão, com direitos políticos cassados em dezembro de 2005, o advogado José Dirceu de Oliveira Silva tem uma rica biografia. Desde que deixou o governo, Zé Dirceu dedica-se com desenvoltura à atividade de lobista, movimentando-se em grande estilo no País e no exterior, ocupação que lhe tem sido muito rentável. Além de sua vasta rede de relacionamento, ele se vale do conhecimento íntimo da máquina do governo, que comandou durante quase quatro anos.

Com a reativação da Telebrás, de acordo com o projetado Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), são hoje ainda mais fortes os indícios de que Zé Dirceu, com trânsito aberto no atual governo, utilize em seus negócios a influência que negativamente tem sobre a máquina governamental.

O plano de utilização da rede de 16 mil quilômetros de cabos ópticos, que seriam operados pela Eletronet – 49% de cujas ações pertencem ao governo –, tem as impressões digitais do ex-chefe da Casa Civil. Como a Telebrás, a

Eletronet era uma empresa fantasma, tendo pedido autofalência em 2003, deixando um passivo de R\$ 800 milhões. Em um negócio surrealista, em 2005 o empresário Nelson dos Santos, da Star Overseas, que deveria ter alguma informação de cocheira para assumir uma dívida tão vultosa, comprou 25% da empresa por R\$ 1,00. E, em 2007, a Star Overseas contratou José Dirceu como seu consultor, pagando-lhe um total de R\$ 620 mil até 2009. Como relata o *Globo* (25/2), a princípio as coisas corriam bem, mas tudo ainda dependia de uma decisão final do governo para a compra por meio da holding Eletrobrás da dívida da Eletronet, orientação que prevalecia no governo desde outubro de 2006.

Em maio de 2007, dois meses depois de ter contratado Dirceu, Santos estava prestes a abocanhar um lucro estimado em R\$ 200 milhões. O governo, porém, mudou de estratégia. Em vez de comprar a dívida deixada pela Eletronet, o que poderia ser questionado política e judicialmente, resolveu entrar na Justiça para retomar o uso da rede de fibra óptica sem pagar nada. “Essa bomba iria es-

tourar na minha mão”, teria dito a ministra Dilma Rousseff, que substituiu Dirceu na chefia da Casa Civil.

“O governo quase entrou numa roubada”, como comentou o advogado Márcio André Mendes da Rocha. De fato, uma das cláusulas do contrato entre as centrais elétricas federais (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul) e

a Eletronet previa que, em caso de falência desta, haveria uma rescisão automática, com o retorno dos bens às companhias de eletricidade que forneceram a infraestrutura para a rede de fibras ópticas, como esclareceu Luiz Inácio Adams, advogado-geral da União. A Eletronet tinha apenas o direito de acesso à rede. Em sua decisão, a Justiça exigiu apenas das centrais elétricas federais

que fosse feita uma caução de R\$ 270 milhões para pagamento aos credores.

A negociata falhou, mas por pouco. A Oi, como noticiou a *Folha de S.Paulo*, negociava a compra da dívida da Eletronet por R\$ 140 milhões com o objetivo de retirar a empresa da falência e reabilitá-la. A empresa só desistiu dessa jogada ante a negativa do governo de

manter o processo na Justiça para a retomada da rede de fibra óptica.

Uma conclusão é inescapável: José Dirceu estava a par dos planos do governo quanto à banda larga, que se encaminhavam para levar à compra do passivo a descoberto da Eletronet.

Ele nega que tenha mencionado a Santos, durante os dois anos em que prestou serviços à Star Overseas, o plano do governo de ampliar o serviço de banda larga. A impecável discrição do consultor sobre o negócio é espantosa. O próprio Dirceu disse que, quando era ministro, “já tinha uma discussão porque a Eletronet já estava com os problemas que tem hoje. E a orientação é a mesma, que o País precisava ter acesso por fibras ópticas, que o País precisava de um plano de banda larga”. Segundo ele, a consultoria que prestou seria para mapeamento de negócios na América Latina...

A questão merece, sem dúvida, um exame aprofundado pelo Ministério Público. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não pode permanecer alheia a essa apuração, dadas as manobras visíveis de especuladores, responsáveis pelas oscilações brutais da cotação dos papéis da Telebrás. É o mínimo que se espera.

Voto solitário, mas exemplar

Ao votar o projeto que prevê a criação de um fundo social de longo prazo a ser constituído por recursos da produção e comercialização do petróleo da camada do pré-sal, a Câmara dos Deputados aprovou, por 356 votos contra 1, uma emenda contrária ao que vinha sendo defendido pelas lideranças governistas. Pela proposta do governo, que havia passado recentemente pela comissão especial, graças ao empenho do relator Antonio Palocci (PT-SP), esse fundo seria usado para financiar programas de desenvolvimento da educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia, além de políticas de combate à pobreza.

Mas, por iniciativa do deputado Márcio França (PSB-SP), da base governista, a Câmara decidiu que 5% do fundo será usado para recompor perdas das aposentadorias superiores a um salário mínimo. A emenda pegou desprevenidos líderes governistas, atrasou a votação do marco regulatório do pré-sal e foi considerada uma “barbaridade jurídica” por Palocci. Não faz sentido embutir mudanças nas regras da aposentadoria numa lei que trata de petróleo, disse ele. Apesar de ter oferecido um acordo, apresentando um substitutivo concebido às pressas para reduzir ao mínimo a vinculação de recursos do pré-sal ao orçamento da Previdência, a iniciativa não encontrou apoio nem entre seus colegas de partido.

Com isso, a “barbaridade jurídica” proposta por França foi aprovada, tendo sido aclamada como a “maior vitória dos aposentados” nos últimos

anos. “O governo diz que não há dinheiro para atender os aposentados que ganham valor maior do que o mínimo. A tecnologia que levou ao pré-sal foi conquistada por muita gente que está aposentada. No dia em que o País ficar rico com o pré-sal, é justo atender esses trabalhadores”, disse o parlamentar, apoiado por governistas e oposicionistas.

No único voto discordante, o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) questionou esse argumento. Se o Brasil ainda não ficou rico com o pré-sal, perguntou ele, como vincular o que ainda não saiu do papel

Um raro exemplo de austeridade e responsabilidade com a coisa pública

em matéria de energia a questões previdenciárias? “A situação é kafkiana. Estamos discutindo o fundo de um recurso que ainda não existe e, quando existir, nem sabemos qual será o montante”, disse ele, depois de acusar os colegas de aprovarem uma emenda demagógica para cortejar o eleitorado com vistas à reeleição.

Madeira está em seu quarto mandato na Câmara e vai disputar a reeleição. Ao justificar seu voto solitário, afirmou que o risco de desagradar ao eleitorado faz parte de uma atuação parlamentar consequente. “Estamos votando projetos que redundam em gasto público. Não vejo ninguém preocupado em saber como vamos pagar e de onde vem o dinheiro. Essa coisa de determinar aumentos de salários e aposentadorias é fá-

cil e bonita, mas quem arca com as consequências são os futuros contribuintes. Ao criar mais gastos, estamos inviabilizando a redução da carga tributária”, concluiu.

O comportamento de Madeira é incomum no Legislativo, onde os anos eleitorais sempre foram oportunidade para farta gastança. O governo Lula reforçou essa tradição quando propôs a votação do projeto do fundo social do pré-sal a sete meses de uma eleição. E não é só esse projeto, que se presta à demagógica e irresponsável criação de despesas permanentes, que está na pauta da Câmara. Lá estão à espera de votação, por exemplo, projetos que equiparam o piso salarial dos policiais militares dos Estados com os do Distrito Federal, garantem titularidade a cartorários nomeados sem concurso público e transformam a carreira de delegado em carreira jurídica, nos moldes da magistratura. Recentemente, o ministro do Planejamento teve de persuadir a Câmara a rejeitar dois projetos de reajustes de servidores, de autoria de membros da base governista, que teriam um impacto no orçamento de R\$ 7 bilhões.

Ao criticar duramente a tradição demagógica e sustentar que matérias como reajuste salarial, aumento de aposentadoria e criação de cargos não deveriam ser votadas em anos eleitorais, o deputado Arnaldo Madeira se destacou como um solitário defensor da responsabilidade fiscal e da austeridade administrativa.

A primeira inspeção do CNMP

Obrigado a agir com maior morosidade do que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por não dispor dos mesmos recursos, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) começou a fazer as primeiras inspeções nos Estados e está descobrindo um cenário assustador. O órgão é responsável pelo controle externo do Ministério Público (MP) – instituição que teve suas competências ampliadas pela Constituição de 88, passando a gozar de autonomia funcional semelhante à do Poder Judiciário.

Para a primeira auditoria, o CNMP escolheu o Ministério Público do Piauí. E o relatório preliminar, com 53 páginas, descreve casos tão escabrosos quanto os que o CNJ encontrou no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, onde acaba de afastar sete juízes e três desembargadores que integravam um esquema de desvio de dinheiro público. Entre as irregularidades encontradas no MP piauiense estão a sonegação de Imposto de Renda, a contratação de estagiários com salários acima de R\$ 5 mil mensais e o pagamento de vencimentos de até R\$ 61 mil a alguns procuradores de Justiça.

Esse valor é duas vezes e meia superior ao teto fixado pela Constituição de 88 para a administração pública. Para aumentar a retirada mensal de seus integrantes, entre 2005 e 2008 o MP piauiense pagou aos seus membros, além dos salários, jetons de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil por participação em reuniões. E também lhes concedeu gratificações que variavam de R\$ 1 mil a R\$ 9 mil por

mês, independentemente da assiduidade ao trabalho. Segundo o CNMP, as folhas de pagamento do órgão jamais foram enviadas ao Tribunal de Contas do Estado.

Outras irregularidades constatadas envolvem malversação de recursos públicos, tráfico de influência e nepotismo. Os corregedores do CNMP descobriram que um prédio anexo do MP piauiense foi comprado sem concorrência. Além de fraudes na realização de licitações para a aquisição de bens e a contratação de serviços, eles encontraram recibos de pagamento de arranjos florais su-

Foi encontrada uma situação calamitosa no MP do Estado do Piauí

perfurados e notas fiscais com valores muito acima dos preços de mercado na compra de presunto, peito de peru, queijos, pães recheados, brioches, biscoitos e até caldo de carne.

Em matéria de contratações de pessoal e nomeações para cargos comissionados, a equipe do CNMP está investigando um promotor piauiense que estaria morando em Santa Catarina e a situação de uma funcionária que recebeu salários como estagiária e como “assessora especial” da Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, apesar de atuar como advogada. Além da situação de conflito funcional, ela está lotada em Teresina, mas mora na cidade de Picos, a 320 quilômetros de distância, e namora o filho de um antigo procurador-

geral de Justiça do Piauí, que pediu aposentadoria assim que sua gestão começou a ser investigada pelo CNMP.

Os corregedores do órgão descobriram ainda que alguns promotores e procuradores piauienses são filiados a agremiações partidárias e exercem atividades políticas, o que é proibido expressamente pelo Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que esses profissionais atuam como promotores eleitorais. A situação é tão grave e preocupante que, desde o início da devassa, o corregedor-geral do CNMP, Sandro José Neis, já assinou mais de 170 deliberações para enquadrar o MP do Piauí. “O órgão sofre de problemas crônicos pela falta de transparência e pela inexistência de métodos efetivos de controle externo. É peraroso concluir que os gestores do MP do Piauí o fizeram trilhar caminhos escusos, desgarrando-se de sua destinação constitucional e, o que é pior, perpetrando ilícitos que tinham por missão combater”, diz o relatório do CNMP.

No plano administrativo, as punições a serem aplicadas pelo órgão aos promotores e procuradores piauienses envolvidos em irregularidades vão da advertência à aposentadoria compulsória. Como também podem ser acionados judicialmente, ainda podem perder a aposentadoria. Custa crer que esses abusos tenham ocorrido justamente no âmbito de uma instituição cuja missão é zelar pela moralidade na administração pública e pelo respeito à ordem jurídica. O temor da corregedoria do CNMP é de que outros MPs estaduais apresentem problemas semelhantes aos encontrados no Piauí.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

Política externa

O presidente Lula deveria ter em mente que ele e seu governo falam em nome de 190 milhões de brasileiros, dos quais mais de 75% não são petistas e talvez abjurem o ideário desse partido. É simplesmente lastimável vê-lo e a seu ministro satisfeitos da vida ao lado de ditadores, de populistas, da pior espécie, de negacionistas do Holocausto e gente da mesma espécie. Em seus discursos ou aparece o rancor e ódio contra os “loiros de olhos azuis” ou a complacência com gente de quem o Brasil deveria manter-se afastado. Nunca antes neste país a política externa foi tão enxovalhada quanto atualmente. Dava orgulho ser representado por Lampreia, Lafer, Ricupero e outros da mesma estatura. Para o cidadão co-

mum está ficando cada vez mais constrangedor brandir o passaporte brasileiro no exterior. Aliás, a farsa do Programa Nacional de Direitos Humanos aprovado por Lula, Vannuchi e Dilma foi desmascarada. Que moral têm para tentar impingir praticamente uma nova Constituição, sob o pretexto de estarem lutando a favor dos direitos humanos, se o chefe se calou vergenhosamente diante dos irmãos genocidas no dia da morte do ativista Zapata?

JOSÉ SEVERIANO MOREL FILHO
morel@sunriseonline.com.br
Santos

● É esse o comportamento de um “estadista”?!

LAERT PINTO BARBOSA
laert_barbosa@ig.com.br
São Paulo

Lula lá... em Cuba! A máscara caiu”

Abram Tregier
São Paulo

● Nosso “estadista”, como de hábito e conveniência, declarou no condomínio dos Castros nada saber do caso Zapata. Como almeja ser protagonista internacional, deveria despachar o sr. Vannuchi ou a sra. Dilma para lá instituírem uma Comissão da Verdade.

ANGELO BAUCIA
São Paulo

Morte para poucos

O sr. presidente do Brasil e seus aloprados, se vivessem em Cuba,

teriam tido a oportunidade de fazer o que fizeram em nosso país e gozar de tantos privilégios – e da nossa cara? Provavelmente, não, pois greve de fome de 85 dias resultando em morte só para os bravos que lutam por um ideal.

VALÉRIA PASSOS BESSELL DE JORGE
leogann930@terra.com.br
São Paulo

● Recado do dissidente aos eleitores e representantes das Repúblicas das goiabas: melhor morrer do que deixar-se viver em Cuba.

LEONARDO GIANNINI
leogann930@terra.com.br
São Paulo

Contraste

Enquanto Lula trata amistosa-

mente os irmãos ditadores Castro, oferece-lhes ajuda (com nosso dinheiro) e se faz de desentendido quanto à trágica morte do opositorista cubano Orlando Zapata, Sebastián Piñera, presidente eleito do Chile, defende os direitos humanos, exigindo que presos políticos daquela ilha sejam libertados. Quanta diferença!

SILVANO CORRÊA
scorrae@uol.com
São Paulo

● Depois dessa celeuma toda sobre direitos humanos na ilha de Fidel, eu gostaria de ver a cara do Obama ao ver a reação do “cara” – o até então incensado presidente “deste país”. Máscaras, caras... têm tudo a ver, não?

ELIENAI ARAÚJO
elienaiaraujo@uol.com.br
São José dos Campos

Igreja x ‘2012’

Causa espanto a Arquidiocese do Rio querer na Justiça indenização pelo “uso indevido da imagem do Cristo Redentor” num filme de ficção. Em 2012, no “fim do mundo”, além do nosso Cristo, são destruídos outros monumentos famosos e venerados em toda a Terra, até a Basílica de São Pedro, e não se tem notícia de pedido de indenização do Vaticano.

LUIZ ANTONIO ALVES DE SOUZA
spirepcom@uol.com.br
São Paulo

● O tema da Campanha da Fraternidade é ou Deus ou o dinheiro. E a Igreja no Rio quer indenização por uso da imagem do Cristo...

BORIS SPIGHEL
boris.spighel@uol.com.br
São Paulo